



Contribuições da Coalizão e do CEBDS à consulta pública do componente de Sociobioeconomia do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio)

Apresentação

A bioeconomia configura-se como uma oportunidade estratégica para o Brasil alinhar seu desenvolvimento econômico à conservação ambiental e à valorização da sociobiodiversidade. Na visão da Coalizão Brasil Clima Floresta e Agricultura, esse modelo de desenvolvimento produtivo e econômico deve ocupar posição central nas políticas públicas nacionais, alicerçada em marcos regulatórios robustos, programas de fomento e instrumentos de mercado que incentivem a produção de bens renováveis e biodegradáveis. A rede defende uma bioeconomia que promova o uso responsável da biodiversidade, o desenvolvimento de sistemas agrícolas e florestais sustentáveis, a proteção e restauração da vegetação nativa, a inclusão socioeconômica de comunidades tradicionais e agricultores familiares e a geração de renda em todo o Brasil rural e florestal. É imprescindível que a implementação dessa agenda no país se pautem pelo respeito pleno aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, assegurando a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos do acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade, conforme as legislações brasileira e internacional vigentes.

No CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - o tema de Bioeconomia tem sido tratado há tempos de maneira transversal a todas as agendas já trabalhadas pelo Conselho, porém, o tema ganhou ainda maior relevância na mobilização do setor em contribuir com o Plano de Transição Ecológica do governo. A organização criou a Força Tarefa de Bioeconomia com o objetivo de criar consenso entre o setor empresarial sobre o tema, tendo como foco central o financiamento da Bioeconomia.

No âmbito de apoio ao Governo, o CEBDS e a Coalizão Brasil foram atuantes como parte do Grupo que ofereceu subsídios técnicos para a Iniciativa de Bioeconomia do G20, contribuindo diretamente para o estudo lançado sobre formas e princípios de alto nível para o financiamento da bioeconomia. Além disso, hoje compõe o consórcio de organizações que apoiam a Secretaria de Bioeconomia na elaboração dos Planos de Bioeconomia e Sociobioeconomia.

Diante da necessidade de uma iniciativa a nível de governo federal para impulsionar o tema, foi instituída a Estratégia Nacional de Bioeconomia com o objetivo de coordenar e implementar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da bioeconomia no país. Sua implementação será realizada pelo Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio) que estabelecerá recursos, ações, responsabilidades, metas e indicadores para o desenvolvimento do setor. Nesse contexto, a Coalizão Brasil, por meio



de sua Força-Tarefa de Bioeconomia e o CEBDS, também por meio de sua FT, promoveram oficinas e realizaram diálogos bilaterais com atores estratégicos do campo, consolidando contribuições para a primeira fase da Consulta Pública referente ao PNDBio, com ênfase no componente estruturante da sociobioeconomia.

A partir das discussões realizadas pelos membros das organizações, entende-se que os principais desafios da sociobioeconomia são: a superação de barreiras estruturais que limitam o desenvolvimento dos negócios comunitários — como o acesso restrito a mercados, crédito, infraestrutura e assistência técnica adequada —, a necessidade de garantir segurança territorial e o reconhecimento efetivo dos direitos dos PIPCTAFs. Soma-se a isso a carência de instrumentos financeiros apropriados, de dados qualificados e de políticas públicas articuladas que sustentem e consolidem esse modelo.

Dessa forma, é essencial que todas as ações do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia incorporem, de forma transversal, mecanismos de escuta ativa e diálogo permanente com os PIPCTAFs, assegurando seu protagonismo e participação qualificada nos processos decisórios. As políticas devem respeitar e fortalecer suas concepções de bem viver, seus modos de vida, suas vocações territoriais e seus modelos tradicionais de produção, reconhecendo e valorizando práticas socioculturais e econômicas enraizadas nos territórios. Nesse sentido, o desenvolvimento científico e a promoção do uso da biodiversidade deve ocorrer em convergência com esta tradição e deve garantir a repartição de benefícios pelo acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade, de acordo com a legislação brasileira e internacional sobre o tema, e de uma forma que seja justa para todas as partes envolvidas. É fundamental que o Plano contemple ações afirmativas e medidas de garantia da segurança alimentar, promovendo a equidade, a justiça social e a inclusão como princípios estruturantes. Além disso, o plano deve assegurar um ambiente favorável à atuação dos empreendimentos da sociobiodiversidade, com mecanismos que garantam acesso a mercados, crédito adequado, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), infraestrutura compatível com a realidade dos territórios e segurança jurídica para produção e comercialização, além de incentivos que viabilizem a inserção e ampliação de mercados.

Os trechos sugeridos estão destacados em verde.



DESAFIO, MISSÕES, AÇÕES E ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

DESAFIO SOCIETAL

Garantir a prosperidade e o bem-viver dos povos e comunidades tradicionais que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, conservando a **sociobiodiversidade** e valorizando seus conhecimentos tradicionais, **vocações locais**, produtos e serviços, como parte de uma bioeconomia que beneficia a sociedade, a natureza e a resiliência e **adaptação climática e respeite os diferentes modos de produção comunitários e estilos de vida locais.**

Missão 1

Potencializar os negócios sustentáveis e as organizações comunitárias de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, pescadores e agricultores familiares, ~~em diálogo permanente~~ **de forma integrada** com a ciência, tecnologia, e inovação e **com a indústria e mercado**, com vistas a garantir a **saúde e a segurança alimentar e nutricional** e a aumentar a participação dos produtos e serviços da sociobiodiversidade nos sistemas alimentares e na economia nacional e internacional, ~~considerando as perspectivas racial, de gênero, de juventude e de trabalho digno.~~

Indicadores

1. Valor Bruto da Produção (PEVS/PAM) anual de produtos da sociobiodiversidade.
2. Número de negócios da sociobioeconomia desenvolvidos.
3. Índice de segurança alimentar e nutricional de PIPCTAFs.
4. **Número e caracterização (diversidade, escala, origem comunitária e sustentabilidade) dos diferentes modos de produção/ sistemas produtivos existentes no território.**
5. **Razão entre o Valor Bruto da Produção e o volume de crédito concedido ao produtor**

Ações Estratégicas da Missão 1

Ação 1

Implantar territorialmente os Núcleos de Desenvolvimento da Sociobioeconomia visando **espaços de diálogo e de** a oferta de serviços de apoio ao desenvolvimento dos negócios comunitários de PIPCTAFs.

Indicadores

- a. Número de sistemas/núcleos da sociobioeconomia implementados.
- b. Número de famílias da sociobioeconomia atendidas.
- c. **Número de produtos ou cadeias produtivas atendidas.**



d. Número de negócios atendidos pelos sistemas/núcleos

Ação 2

Promover assessoria pública, gratuita e contínua para desenvolvimento de negócios comunitários da sociobioeconomia considerando governança, (inclusive com arranjos tradicionais), associativismo e cooperativismo, gestão e inclusão em políticas públicas.

Indicadores

- a. Número de iniciativas que apoiem o desenvolvimento de negócios comunitários da Sociobioeconomia.
- b. Número de famílias da sociobioeconomia atendidas.

Ação 3

Fortalecer e ampliar o assessoramento técnico e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública, gratuita, contínua, dialógica e adequada à realidade da sociobioeconomia e dos modos de produção locais, com foco no manejo sustentável de recursos naturais e no desenvolvimento de negócios comunitários de PIPCTAFs.

Indicadores

- a. Número de famílias atendidas pela ATER Sociobioeconomia.
- b. Número de negócios da sociobioeconomia atendidos pela ATER Sociobioeconomia.
- c. Relação entre as solicitações de ATER e atendimentos realizados

Ação 4

Facilitar e ampliar a inserção dos produtos da Sociobiodiversidade, incluindo pesca e aquicultura, em programas governamentais de compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros, considerando a sazonalidade e a oferta diversificada de produtos.

Indicadores

- a. Tipo e quantidade de produtos da sociobiodiversidade comercializados no PAA e PNAE.
- b. Número de cooperativas, negócios e famílias que acessam o PAA e PNAE.

Ação 5

Ampliar o número de produtos contemplados e o acesso de PIPCTAFs à Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio), garantindo que os preços pagos sejam compatíveis com a realidade dos custos de produção.

Indicadores

- a. Número de produtos da sociobiodiversidade incluídos na pauta da PGPMBio.
- b. Número de operações da PGPMBio por região.
- c. Orçamento público da PGPMBio destinado por região.



Ação 6

Adoção e fomento a de estratégias de diferenciação, divulgação e valorização de produtos da sociobiodiversidade, como selos públicos ou privados, marcas coletivas, indicações geográficas e certificações.

Indicadores

- a. Número de indicações geográficas, marcas coletivas e produtos certificados.
- b. Número de fundos apoiadores de processos de certificação destinado aos PIPCTAFs.
- c. Número de formalizações e adesões a certificações já existentes, as quais permitem acesso a mercados
- d. Número e tamanho dos mercados acessados devido à adesão a certificações

Ação 7

Promover novas possibilidades de arranjos comerciais inovadores e contra-hegemônicos acesso a mercados privados especialmente mercados justos solidários éticos, promovendo e apoiando canais participativos de comercialização por meio de contratos justos, como rodadas de negócios, feiras e eventos locais, nacionais e internacionais.

Indicadores

- a. Número de canais participativos existentes.
- b. Número de arranjos comerciais inovadores e contra-hegemônicos criados.

Ação 8

Fomentar a produção e comercialização dos produtos da sociobioeconomia em mercados locais e nacionais por meio do apoio às redes, coletivos, entrepostos comerciais e centrais ligados aos negócios comunitários de PIPCTAFs.

Indicadores

- a. Número de iniciativas de apoio às redes, coletivos e centrais ligados aos negócios comunitários de PIPCTAFs.
- b. Número de mercados locais e nacionais acessados
- c. Volume de produtos comercializados

Ação 9

Facilitar e estimular o acesso de produtos da sociobiodiversidade a mercados internacionais, criando novos mercados e expandindo as exportações desses produtos.

Indicadores

- a. Volume financeiro gerado a partir das exportações de produtos da sociobiodiversidade.
- b. Volume de produtos da sociobiodiversidade exportados

Ação 10



Incentivar a inclusão de produtos da sociobiodiversidade em cadeias de valor do setor privado e em compras corporativas, por meio da redução ou isenção de impostos e outros mecanismos.

Indicadores

- a. Número de produtos da sociobiodiversidade em cadeias de valor do setor privado ou em compras corporativas.
- b. Volume de vendas realizadas para o setor privado
- c. Volume financeiro gerado a partir dos produtos da sociobiodiversidade vendidos para o setor privado

Ação 11

Apoiar incubadoras e aceleradoras de negócios da sociobioeconomia para que tomem as melhores decisões e caminhos para os negócios, ampliando a oferta de espaços de diálogo, mentoria, suporte técnico e acesso a financiamento.

Indicadores

- a. Número de negócios da sociobioeconomia incubados e acelerados
- b. Número de incubadoras que trabalham com negócios da sociobioeconomia.
- c. Número de modelos de negócios alternativos que ganharam visibilidade e se estabeleceram nos locais

Ação 12

Aprimorar a coleta, a qualidade e o tratamento dos dados sobre a sociobioeconomia nas bases de dados públicas existentes incluindo PEVS/IBGE, PAM/IBGE, PIA-Produto/IBGE, ComexStat, Subvenções da Sociobiodiversidade/Conab, NCM, taxonomia sustentável brasileira, entre outros.

Indicadores

- a. Módulos do Sistema Nacional de Informações e Conhecimento implementados.
- b. Número de produtos incluídos nos sistemas de informação oficiais existentes (IBGE, RAIS, CAGED, PIA, SECEX etc) e no Sistema Nacional de Informações.

Ação 13

Simplificar e ampliar a contratação das operações de crédito do Pronaf e outros programas do manual de crédito rural destinados a projetos produtivos da Sociobioeconomia.

Indicadores

- a. Número de operações de crédito do Pronaf destinados a projetos produtivos da sociobiodiversidade.
- b. Valor das operações de crédito Pronaf contratadas
- c. Número de operações de crédito em outros programas do manual de crédito rural destinados a projetos produtivos da sociobiodiversidade



Ação 14

Estruturar instrumentos financeiros e de garantia diferenciados, de natureza concessional, voltados para o financiamento da sociobioeconomia (públicos e privados), **inclusive a fundo perdido**.

Indicadores

- a. Número de instrumentos financeiros e de garantia diferenciados, de natureza concessional, voltados para o financiamento da Sociobioeconomia.
- b. **Volume de recursos destravados para o financiamento da sociobioeconomia com uso de novos instrumentos e de garantia.**

Ação 15

~~Aumentar recursos~~ e facilitar as condições de acesso a Fundos pelos negócios comunitários da sociobioeconomia (Fundo Clima, Fundo Amazônia, Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, Fundo de Desenvolvimento Florestal, entre outros).

Comentário: Garantir representatividade de PIPCTAFs na governança dos fundos

Indicadores

- a. Recursos destinados à promoção de negócios da sociobioeconomia via Fundos.
- b. Aumento do acesso a Fundos pelos negócios da Sociobioeconomia.

Ação 16

Fortalecer e facilitar a criação das diversas formas de arranjos coletivos de governança local sobre os bens comuns e a produção, incluindo o associativismo e o cooperativismo nos Territórios da Sociobioeconomia.

Indicadores

- a. Número de famílias de PIPCTAFs organizadas em associações e cooperativas **ou outras formas de arranjos coletivos de governança local.**

Ação 17

Garantir o acesso ampliado e contínuo ~~Aumentar o número~~ de PIPCTAFs, em especial os jovens e as mulheres, **por meio de ações afirmativas, com acesso** à educação em todos os níveis, considerando as oportunidades de atuação na sociobioeconomia como estratégia de geração de trabalho digno e renda.

Comentário: o verbo “aumentar” traz aspecto de meta para a ação. Não fica claro o que está sendo proposto que seja feito.

Indicadores

- a. Número de PIPCTAFs matriculados em todos os níveis de educação (infantil, básico, médio, técnico e superior).
- b. Número de PIPCTAFs matriculados em cursos profissionalizantes.
- c. Número de Escolas e Casas Familiares Rurais.
- d. Números de graduados pelas escolas famílias rurais.



- e. Número de ações afirmativas implementadas.
- f. Número de mulheres em cargos de liderança em associações, cooperativas e Conselhos Locais da sociobioeconomia.
- g. Número de jovens empreendedores apoiados por incubadoras da sociobioeconomia.

Ação 18

Promover as temáticas de interesse da sociobioeconomia em programas de formação, extensão, pós-graduação, profissionalizantes, e demais iniciativas de educação, formais e não-formais, para todos os públicos envolvidos com a Sociobioeconomia, principalmente por meio de ações afirmativas para grupos historicamente marginalizados. Além da formação formal e não formal, recomenda-se o fortalecimento de políticas de inclusão digital nos territórios, com acesso a conectividade e tecnologias sociais que permitam o aprendizado contínuo e a inserção produtiva de PIPCTAFs na sociobioeconomia.

Indicadores

- a. Número de programas de formação, extensão, pós-graduação, profissionalizantes, e demais iniciativas de educação, formais e não-formais de interesse da sociobioeconomia criados.
- b. Número de programas de formação, extensão, pós-graduação, profissionalizantes, e demais iniciativas de educação, formais e não-formais de interesse da sociobioeconomia aprimorados.
- c. Número de ações afirmativas implementadas.
- d. Número de territórios com infraestrutura de conectividade implantada para fins educacionais.

Ação 19

Aumentar o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação com foco nos produtos, serviços e conhecimentos oriundos da sociobiodiversidade considerando os interesses e protagonismo e problemas reais enfrentados pelos negócios comunitários de PIPCTAFs, incluindo saberes e fazeres ancestrais.

Comentário: o verbo “aumentar” traz aspecto de meta para a ação. Não fica claro o que está sendo proposto que seja feito.

Indicadores

- a. Volume de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação com foco nos produtos, serviços e conhecimentos oriundos da sociobiodiversidade.

Ação 20

Ampliar a criação de inovações tecnológicas específicas para bioeconomia e o acesso dos negócios comunitários às inovações e tecnologias existentes que promovam a agregação de valor aos produtos da sociobioeconomia.

Indicadores



- a. Número de soluções tecnológicas disseminadas junto aos empreendimentos econômicos comunitários (comparar com o número de tecnologias catalogadas e descritas no o Sistema Nacional de Informações)
- b. Número de soluções tecnológicas específicas para bioeconomia criadas

Ação 21

Ampliar o registro de acesso e notificações de uso do Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado à biodiversidade por empresas e academia.

Indicadores

- a. Número de registros de acesso e notificações e uso do Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado à biodiversidade por empresas e academia.

Ação 22

Promover o aperfeiçoamento de instrumentos financeiros, regulatórios, normativos e fiscais para o desenvolvimento dos negócios da sociobioeconomia.

Indicadores

- a. Número de medidas de aprimoramentos de instrumentos financeiros, regulatórios, normativos e fiscais.

Ação 23

Promover acesso à infraestrutura básica e produtiva de produção (como água, energia, saneamento, conectividade, armazenamento, logística, equipamentos, ferramentas, tecnologias etc.) nos territórios ~~para os negócios~~ da sociobioeconomia, considerando as necessidades coletivas das comunidades e as demandas específicas dos negócios locais e priorizando tecnologias sociais, sustentáveis e de baixo impacto ambiental e climático.

Indicadores

- a. Número de ~~negócios~~ territórios com infraestrutura de água e saneamento melhorada.
- b. Número de ~~negócios~~ territórios com infraestrutura de energia melhorada.
- c. Número de ~~negócios~~ territórios com infraestrutura de logística melhorada.
- d. Número de ~~negócios~~ territórios com infraestrutura de equipamentos e tecnologias melhorada.

Comentário: a infraestrutura é implementada em um território, comunidade e não é restrita a um negócio. Dessa forma, entende-se que não faz sentido acompanhar o número de negócios e sim o número de territórios com infraestrutura

Novas ações

Reduzir o número de intermediários e incentivar o beneficiamento local a partir da implantação e fortalecimento de indústrias comunitárias ou centros de beneficiamento

- a. Número de cadeias que acessam mercados diretamente que anteriormente não acessavam



Criar arranjos pré-competitivos, com educação voltada para o empreendedorismo nos diferentes contextos amazônicos

- a. Número de arranjos pré-competitivos criados
- b. Atuação dos arranjos pré-competitivos

Fomento às roças tradicionais para produção de alimentos por PIPCTAFs

- a. Número de comunidades de PIPCTAFs com roças tradicionais implementadas
- b. Volume e diversidade de alimentos produzidos

Aumentar a disponibilidade de bolsas de pesquisa relacionadas a sociobioeconomia para PIPCTAFs

- a. Número de bolsas de pesquisas relacionadas a sociobioeconomia disponíveis para PIPCTAFs
- b. Número de bolsas de pesquisas relacionadas a sociobioeconomia efetivamente acessadas

Criar e fomentar sistema de informações como um guia e base de dados que assessore os modelos produtivos

- a. Efetividade do sistema de informações
- b. Número de modelos produtivos que acessam sistema de informações

Missão 2

Valorar ~~Reconhecer~~ o protagonismo de povos indígenas, comunidades tradicionais, pescadores e agricultores familiares na conservação e manejo sustentável da biodiversidade e restauração de ecossistemas, garantindo direitos e o bem-viver, de forma a valorizar e **proteger** os conhecimentos tradicionais, a cultura, os modos de vida e os serviços ambientais por eles prestados em seus territórios, **alavancando as vocações locais**.

Indicadores

1. Nº de famílias beneficiadas por pagamento por serviços ambientais.



2. Hectares de cobertura vegetal conservadas e em processo de restauro em terras indígenas e quilombolas, unidades de conservação de uso sustentável e assentamentos.

Ações Estratégicas da Missão 2

Ação 1

Ampliar programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), públicos e privados, com sustentabilidade econômica e operacional para a **seleção e execução de projetos de PSA de forma transparente, que promoveram** renda e conservação ambiental nos territórios de PIPCTAFs.

Indicadores

- a. Nº de famílias beneficiadas por pagamento por serviços ambientais.
- b. **Volume de recursos destinados a projetos de PSA pelos diferentes programas.**
- c. **Área beneficiada por projetos de PSA a partir dos programas**

Ação 2

Expandir a área de manejo florestal comunitário e familiar madeireiro e não- madeireiro em territórios de PIPCTAFs com apoio e assessoramento técnico.

Indicadores

- a. Hectares sob manejo florestal comunitário e familiar madeireiro e não madeireiro.
- b. Recursos destinados a assistência técnica voltada ao monitoramento dos manejos comunitários e familiares.
- c. Recursos destinados a crédito ligado ao manejo comunitário e familiar madeireiro e não madeireiro.

Ação 3

Fomentar Sistemas Agroflorestais e assistência técnica especializada para ampliar as áreas de restauração produtiva e ecológica em territórios de PIPCTAFs.

Indicadores

- a. Hectares de áreas em Sistema Agroflorestal (SAF).
- b. Hectares de áreas em processo de restauração da vegetação nativa.
- c. Número de redes de sementes.
- d. Número de viveiros de produção de mudas.
- e. Recursos destinados a assistência técnica à projetos para restauração produtiva e ecológica.

Ação 4

Promover a gestão sustentável dos recursos pesqueiros, implementando boas práticas de pesca que garantam a renovação dos estoques pesqueiros, evitando sobrepesca e degradação dos ecossistemas aquáticos.

Indicadores



- a. Número de instrumentos de gestão elaborados e monitorados.
- b. Percentual de implementação das ações previstas nos instrumentos de gestão.
- c. Recurso destinado aos instrumentos de gestão territorial e ambiental.
- d. Número de negócios baseados em recursos pesqueiros apoiados.
- e. Número de iniciativas pesqueiras que implementam boas práticas de pesca

Ação 5

Desenvolver e promover rotas de turismo de base comunitária em terras indígenas e quilombolas, em unidades de conservação de uso sustentável, com foco em etnoturismo e turismo sustentável, a partir do protagonismo dos povos tradicionais na sua gestão e governança.

Indicadores

- a. Número de iniciativas que apoiem o desenvolvimento de rotas de turismo de base comunitária em terras indígenas e quilombolas, em unidades de conservação de uso sustentável, com foco em etnoturismo e turismo sustentável.
- b. Número de Rotas de etnoturismo desenvolvidas.
- c. Número de Rotas de turismo sustentável desenvolvidas.

Ação 6

Apoiar a elaboração e a implementação participativa de instrumentos de gestão territorial e ambiental com foco no desenvolvimento dos negócios da sociobioeconomia (Planos de Manejo, Acordos de Pesca, Termos de Autorização de Uso Sustentável, Planos de Gestão Territorial e Ambiental de TI e de TQs, etc.).

Indicadores

- a. Número de instrumentos de gestão territorial e ambiental implementados de forma participativa.

Ação 7

Desenvolver programas de monitoramento da biodiversidade em territórios de PIPCTAFs, considerando o enfoque participativo.

Indicadores

- a. Número de programas de monitoramento da biodiversidade em territórios de PIPCTAFs implementados.

Ação 8

Valorizar e proteger os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade por meio da implementação dos instrumentos da Lei de Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015), provenientes de acesso a conhecimentos tradicionais associados e a uso de patrimônio genético.



Indicadores

a. Volume de recursos aplicados pelo Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios.

Ação 9

Articular com órgãos ambientais estratégias de vigilância, manejo integrado do fogo e fiscalização dos recursos naturais existentes e nos territórios tradicionais em parceria com as comunidades de PIPCTAFs.

Indicadores

- a. Número de operações de fiscalização voltadas à proteção dos territórios tradicionais nos Territórios da Sociobioeconomia.
- b. Recursos destinados para brigada de combate a incêndios.

Ação 10

Adequar estratégias de seguridade social para famílias de PIPCTAFs impactadas pela perda de produtividade provocadas pelas secas, enchentes e outros eventos climáticos extremos.

Indicadores

- a. Número de medidas realizadas com o foco em adequar estratégias de seguridade social para famílias de PIPCTAFs impactadas pela perda de produtividade provocadas pelas secas, enchentes e outros eventos climáticos extremos.

Ação 11

Promover o acesso a infraestrutura básica às famílias de PIPCTAFs nos territórios da sociobioeconomia (água, energia, saneamento, conectividade, entre outros).

Comentário: Ação 23 da missão 1 também se refere a infraestrutura básica - ainda que, naquele caso, para os negócios da sociobioeconomia - e contém indicadores mais detalhados que poderiam se refletir aqui na Ação 11. Alternativamente, as ações poderiam ser consolidadas para efetividade do monitoramento.

Indicadores

- a. Número de famílias com acesso às políticas básicas (energia, conectividade e saneamento e água).
- b. Número de famílias com infraestrutura de conectividade implantada para fins de negócios.

Ação 12

Apoiar estratégias de comunicação popular dos coletivos e grupos de comunicadores membros das comunidades de ligados aos PIPCTAFs para valorizar e difundir a sociobioeconomia.

Indicadores

- a. Número de iniciativas de comunicação popular para a sociobioeconomia.

Ação 13



Fomentar a produção sociocultural, com engajamento e mobilização de jovens, valorizando a diversidade, as expressões culturais identitárias de PIPCTAFs, o modo de vida nos territórios e os produtos da sociobiodiversidade.

Indicadores

a. Número de iniciativas de fomento a produção sociocultural da sociobioeconomia.

Novas ações

Acessibilizar instrumentos e ferramentas de produção e capacitação técnica que promovam o empoderamento e protagonismo dos PIPCTAFs

a. Número de instrumentos e ferramentas de produção e capacitação técnica utilizados por PIPCTAFs

Fortalecimento institucional territorial por meio de formação e capacitação de técnicos e servidores

a. Número de técnicos e servidores formados

b. Iniciativas realizadas pelos técnicos e servidores a partir da formação

ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

Territórios da sociobioeconomia

A estratégia de implementação do componente Sociobioeconomia, do PNDBio, é uma estratégia territorializada, que parte da compreensão de que as especificidades das ~~economias~~ ~~economias~~ relacionadas aos PIPCTAF demandam um olhar territorializado. O conceito de Ecossistemas Regionais de Negócios (CONEXSUS, 2019) orienta esta abordagem territorializada. Segundo este conceito, a ativação desses ambientes territorializados integrados pelos ~~negócios~~ ~~negócios~~ comunitários de impacto socioambiental demanda a constituição de espaços que permitam a disponibilização de assessoria técnica aos ~~negócios~~ ~~negócios~~, ao mesmo tempo em que se constituem como espaços de diálogo entre diversos agentes, possibilitando a integração de ações coletivas, estabelecimento de parcerias, adaptação de serviços e incidência sobre políticas públicas.



Para dar materialidade a esses ecossistemas, devem ser definidos em todo território nacional os **Territórios da Sociobioeconomia (TSBio)**. O conceito de “território” é definido de forma ampla pela Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável como sendo:

“espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (Brasil, 2003).

De forma complementar, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007), define “territórios tradicionais” como: “Espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (Brasil, 2007).

Nesse contexto, os **Territórios da Sociobioeconomia (TSBio)** são definidos como regiões de referência para o desenvolvimento local e sustentável da sociobioeconomia, que tenham a presença dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e/ou agricultores familiares que desenvolvam atividades produtivas e comerciais relacionadas à sociobiodiversidade, a partir de arranjos próprios e/ou com apoio de instituições.

Para a caracterização dos TSBio, serão considerados critérios específicos, sinalizados abaixo, sendo os três primeiros requisitos definidores (Trama Brasil, 2025-2):

1. Presença de PIPCTAF;
2. Presença de organizações socioprodutivas;
3. Existência de produtos e serviços da sociobiodiversidade;
4. Presença de áreas relevantes para a conservação;
5. Presença de áreas ambientalmente vulneráveis;
6. Vulnerabilidade climática;
7. Incidência de programas e políticas públicas.

A utilização destes critérios visa alinhar as diretrizes existentes e incorporar elementos-chave de políticas complementares, assegurando uma implementação mais eficaz e consistente com as necessidades territoriais e setores envolvidos.

Núcleos de Desenvolvimento da Sociobioeconomia

Com o objetivo de ativar os ecossistemas da sociobioeconomia presentes nos TSBio, propõe-se a integração de políticas públicas, redes produtivas, cadeias de valor e sistemas de inovação e conhecimento num modelo de atuação de **Núcleos de Desenvolvimento da Sociobioeconomia**. Os Núcleos atuam nos TSBio com o propósito de fomentar, ativar, articular e mobilizar capacidades locais, a partir da interação estratégica entre diferentes atores em um mesmo território.



O modelo de Núcleos de Desenvolvimento da Sociobioeconomia parte do reconhecimento da importância de construir redes de cooperação que respondam às demandas dos negócios locais, facilitem o acesso a mercados e apoiem o desenvolvimento sustentável das comunidades. Essa solução integrada passa por:

I. **Apoio às cadeias de valor da sociobioeconomia.** Oferta de um conjunto de soluções para a superação de gargalos técnicos e de gestão; modelagem de negócios; qualificação dos produtos para atender requerimentos dos mercados-alvo; inovação e tecnologias aplicadas aos sistemas produtivos, de financiamento e de infraestrutura; estrutura e suporte para processamento e comercialização; políticas públicas, entre outras.

II. **Sistemas territoriais para inovação e geração e disseminação de conhecimento.** Geração de informações qualificadas sobre as produções da sociobioeconomia, aprofundando a integração com os sistemas de ciência, tecnologia e inovação, consolidando os conhecimentos sobre a sociobioeconomia.

III. **Articulação.** Ampliação do diálogo, concertação e comprometimento entre os atores, proporcionando a participação e o controle social, de forma a enriquecer o ecossistema de apoio aos negócios da sociobioeconomia.

O formato de atuação dos Núcleos da Sociobioeconomia pretende ser adaptável às necessidades e particularidades de cada território. Além disso, não implica na transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade, mas reconhece o protagonismo da sociedade na implementação e evolução das políticas públicas voltadas à sociobioeconomia de forma sistêmica e integrada.

Está proposta uma governança local dos Núcleos, responsável pela articulação e execução das ações nos respectivos TSBio, composta por um Conselho Local e uma Unidade Gestora Local.

Os Conselhos Locais são a instância responsável por responder a chamadas de propostas de ação para o desenvolvimento dos Núcleos. Uma vez selecionada a proposta e obtidos os recursos para sua implementação, o Conselho Local deverá liderar e orientar sua execução. Os Conselhos são formados por representantes locais de redes ou comunidades de PIPCTAF, associações, cooperativas, assentamentos, instituições de governo, Ministério Público, organizações não governamentais e lideranças individuais.

De forma articulada aos Conselhos Locais, as Unidades Gestoras Locais têm o objetivo de promover o engajamento de agentes públicos e privados no fortalecimento dos negócios comunitários da sociobioeconomia no território. As Unidades serão compostas por equipes locais capacitadas para exercer o trabalho, considerando a participação de mulheres e jovens. Inicialmente, as equipes poderão ser custeadas com recursos específicos para esse fim, evoluindo para manutenção com recursos locais.

Recomenda-se que a governança dos Núcleos garanta paridade entre representantes governamentais e da sociedade civil, com atenção à diversidade étnico-racial, de gênero e geracional. Além disso, sugere-se que os Núcleos incorporem espaços permanentes de escuta e deliberação, assegurando que os processos decisórios não sejam unidirecionais, mas baseados em construção coletiva territorializada.

